

## **Min. João Otávio de Noronha do STJ fala sobre incorporação de tecnologia na saúde**

O XI Congresso Jurídico de Saúde Suplementar reuniu em Brasília, no dia 25 de agosto, importantes nomes para debater a judicialização e temas atuais que podem interferir na sustentabilidade deste complexo setor. A programação incluiu palestras e debates entre Ministros do STJ, desembargadores e renomados juristas e foi dividida em quatro painéis.

Confira a fala do ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre incorporação de novas tecnologias na saúde.

O evento foi transmitido ao vivo aqui no canal do Youtube do IESS. Confira na íntegra [aqui!](#)

---

### **XI Congresso Jurídico: confira os destaques do painel sobre incorporação de novas tecnologias**

O XI Congresso Jurídico de Saúde Suplementar reuniu em Brasília, no dia 25 de agosto, importantes nomes para debater a judicialização e temas atuais que podem interferir na sustentabilidade deste complexo setor. A programação incluiu palestras e debates entre Ministros do STJ, desembargadores e renomados juristas e foi dividida em quatro painéis.

O congresso foi transmitido ao vivo na ocasião e está disponível na íntegra no canal do Youtube do IESS. Já [destacamos aqui no blog](#) algumas falas da palestra do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Floriano de Azevedo Marques, sobre incorporações de tecnologias, tema do painel que abriu o evento. E hoje traremos mais destaques deste tema.

Do Painel 1 “Incorporação de novas tecnologias”, participaram também o ministro João Otávio de Noronha do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como palestrante, e o dr. Cassio Ide Alves, superintendente médico da Abramge como debatedor.

Em sua palestra, o ministro Noronha destacou a importância da sustentabilidade na saúde suplementar e da coerência de todos os agentes envolvidos no sistema para a sua sustentabilidade. Neste contexto, aprofunda no tema da incorporação de tecnologias e ressalta: “Adoções de novas tecnologias, sem levar em consideração a sua eficácia, o seu custo, o seu custo benefício é algo desastroso para o sistema. Desincentiva o investimento e não nos leva a ter uma saúde pública eficaz.”

Noronha complementa dizendo que sem dúvidas, a incorporação é buscar avanço tecnológico para melhor diagnósticos, tratamento, gestão de doença. Mas isso não pode ser feito de uma forma especulativa, pois impacta todo setor, uma vez que a saúde suplementar é baseada no mutualismo. “É um engano achar que quem paga é o empresário. Quem paga o sistema é o sistema, que é composto pelos usuários, pelos clientes. Há uma solidariedade, assim como seguros,” afirma.

Já o dr. Cassio, em sua fala, trouxe uma rica apresentação sobre os principais desafios da saúde suplementar no Brasil em relação às novas tecnologias e debateu sobre a importância da análise criteriosa das evidências científicas: “Quando a gente faz a incorporação com qualquer tipo de evidência, a gente corre o risco de a gente ter uma efetividade deficitária”, ressaltou.

O XI Congresso Jurídico de Saúde Suplementar foi realizado pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), com apoio do IESS, Janssen, Libbs, M3BS e Sergio Bermudes Advogados. Os apoiadores institucionais foram a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Escola Nacional da Magistratura (ENM), Escola de Formação Judiciária (TJDFT), Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e Ordem dos Advogados do Brasil – Distrito Federal (OAB/DF).

O evento teve uma excelente audiência e já ultrapassa a marca de 50 mil visualizações em cada bloco em nosso canal no Youtube e também está disponível na íntegra no site do IESS.

Veja você também a íntegra desse importante encontro, [clikando aqui](#).

**Fonte:** [IESS](#), em 21.09.2023.